



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - BIOPIRATARIA

EVENTO: Reunião ordinária	Nº: 0137/06	DATA: 21/2/2006
INÍCIO: 15h18min	TÉRMINO: 15h46min	DURAÇÃO: 28min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 27min	PÁGINAS: 10	QUARTOS: 6

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Votação e aprovação de requerimentos constantes da pauta. Leitura dos pontos acordados em relação ao parecer do Relator.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Declaro aberta a 54ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, exploração e comércio ilegal de madeira e biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da Ata da 53ª Reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Sr. Presidente, gostaria de pedir a dispensa da leitura da ata, uma vez que esta foi disponibilizada a todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passo a presidência dos trabalhos ao Deputado Sarney Filho, para que possa apresentar requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - O requerimento, segundo me foi informado pela Assessoria, já está em processo de votação. É o requerimento do Deputado Mendes Thame, que requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI por 60 dias.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão e colocá-la à apreciação dos meus pares. Nós sabemos que o trabalho da nossa CPI vem avançando ao longo do tempo, mas sabemos também que todos nós temos vários outros afazeres. E, para que nós pudéssemos ter, assim, um momento de mais tranquilidade no que se aproximam aí os trabalhos do segundo semestre, eu gostaria de fazer uma proposta — 60 dias, eu acho que é um prazo, assim, longo — de médio prazo. Eu gostaria de propor 45 dias, para que nós pudéssemos realmente encerrar e dar oportunidade ao nosso Presidente e ao nobre Relator para apresentar seus trabalhos finais. Era essa a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - O autor do requerimento, Deputado Mendes Thame, já aceitou a sugestão de V.Exa. Portanto, nós passaremos a votar a prorrogação pelo prazo de 45 dias.

Em discussão. (*Pausa.*)



Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do Deputado Mendes Thame, que propõe convidar um representante da Confédération des Métiers et des Utilisateurs des Ressources de la Nature – COMURNAT.

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a solicitação é no sentido de que representante ou representantes da COMURNAT, com sede em Paris, pudessem aqui se dirigir para prestar esclarecimentos a respeito das atividades dessa entidade nos últimos 5 anos, também explicitando a parceria público-privada que permitiu uma abordagem muito disciplinar na conservação do pau-brasil e que se constitui na denominada Iniciativa Internacional para a Conservação do Pau-Brasil. Essa iniciativa diz respeito à preocupação com a preservação dessa madeira, que é indispensável para a confecção de arcos de instrumentos de corda e que, se não forem tomadas medidas efetivas, corre o risco de desaparecer, de ser uma espécie em extinção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Deputado Mendes Thame.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Item 3.

Requerimento nº 165, de 2006, do Deputado Sarney Filho, que requer ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo, da Secretaria de Estado da Agricultura, as informações que indica.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Esse requerimento, dirigido à Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Espírito Santo, pede informações a respeito de Guias de Controle Florestal, cujas cópias estão em poder da CPI, relativas a 5 metros cúbicos e a 6 metros cúbicos de pau-brasil em tora, fornecidos pela Aracruz Celulose à empresa Sousa Bows Ltda.



Então, as perguntas são: para que servem as GCFs? A emissão delas é precedida de vistoria e é aberto processo? Podem ser utilizadas para transporte interestadual? Podem elas autorizar transporte de produtos florestais? Como podem ser fornecidas? O transporte e a comercialização atual dessa madeira é ilegal? Há uma série de perguntas, todas dentro desse sentido, que é justamente o pau-brasil.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os que aprovam permaneçam, por gentileza, como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 4 da pauta.

Requerimento nº 166, de 2006, do Deputado Sarney Filho, que requer convocação para comparecer perante esta CPI, na condição de testemunhas, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta Comissão, das seguintes pessoas: Sr. Souzimar Rodrigues de Lima, técnico de manejo do Centro Nacional de Primatas, em Belém, Pará; Sr. Donizetti Pires de Oliveira, Presidente da Associação dos Produtores Agrícolas de Santarém, do Pará; Sr. José Dias Pereira, fazendeiro em Cumaru do Norte, Pará; e Sr. Eugênio Victor Follmann, empresário do ramo madeireiro em Mairiporã, São Paulo.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, nobres colegas, esse requerimento diz respeito a tráfico de animais silvestres. Foi uma denúncia que a CPI recebeu.

O Instituto Evandro Chagas, de Belém, atualmente contratado pelo IBAMA, ter-se-ia envolvido em transporte irregular de 6 casais de primatas da espécie mico-leãozinho. Todas elas dizem respeito a tráfico de animais silvestres. São apenas investigações de denúncias recebidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Requerimento nº 167/06, do Deputado Sarney Filho, que requer ao Comitê Internacional de Preservação e Manejo da Arara-Azul-de-Lear e ao IBAMA as informações que indica.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, é auto-explicativo o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 168, do Deputado Sarney Filho, que requer ao IBAMA as informações que indica.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho para encaminhar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, nós estamos pedindo aqui os dados do IBAMA que dizem respeito à operação da Polícia Federal chamada Operação Curupira 1 e 2, nos Estados do Mato Grosso e Rondônia. Essa operação, nós queremos apenas que ela seja passada para a CPI, para que nós possamos incluir no relatório. É uma investigação já bastante consolidada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 7.

Relatório parcial sobre o plano Safra Legal 2004.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Pela ordem, Sr. Presidente.

A leitura do relatório acontecerá agora?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Não, eu vou fazer a leitura do acordo que já foi feito. Só os pontos que são objeto de acordo.



Então, Sr. Presidente, gostaria de ler os pontos acordados para que constasse nos Anais, ficasse aqui gravado, porque, após essa leitura, será incluído no relatório.

Na página de nº 50, logo no primeiro parágrafo, nós, transcrevendo o Processo Administrativo nº 02.001, colocamos: “Consultando-se a prestação de contas eleitorais da candidata Ana Júlia de Vasconcelos Carepa, ex-mulher do Sr. Marcílio” — tirei esse assunto, porque, mesmo que seja de um relatório, acho que não é pertinente esse tipo de observação. Então, saiu “ex-mulher do Sr. Marcílio”, e continua o relatório normal, com a transcrição.

Mais adiante, nesse mesmo parágrafo, quando, no final, diz: “não que tais doações sejam ilegais; são inusitadas quando se sabe que o Sr. Marcílio ocupa a gerência do IBAMA de Belém por indicação da Sra. Senadora Ana Júlia”, acrescenta-se aí, após essa transcrição do relatório do IBAMA: “e também não ficou constatado, pelos cruzamentos de cheques, que nenhuma das empresas doadoras da campanha da Senadora Ana Júlia fizesse parte do Safra Legal”. Não ficou constatado em nenhum cruzamento de cheques.

Isso não quer dizer que se está dando um atestado; eu não estou dando um atestado, apenas estou me referindo aos cruzamentos. Houve depósitos em espécie que já estão apontados no relatório. Desses depósitos não sabemos a origem e, evidentemente, não temos o que nos pronunciar a esse respeito.

Na pág. 49, ainda não tinha chegado a resposta do ofício do Banco do Brasil, que chegou após a publicação do relatório parcial na Internet. E esse ofício do Banco do Brasil nega que haja qualquer tipo de depósito nas contas da Sra. Maria Joana.

Então, em vista desse novo documento, evidentemente, faremos os reparos. Tirar a resposta oferecida pelo Banco do Brasil “não atendeu”, porque já há uma outra resposta posterior, e fazer todas as adequações decorrentes disso, inclusive tirando a recomendação para que o Banco do Brasil seja citado. Essa recomendação perde o sentido, na medida em que ele nos deu a resposta.

Por último, transferi o segundo parágrafo da pág. 53 para a pág. 50.

Diz o seguinte o segundo parágrafo da pág. 53, na terceira linha: “Em 19/08/2005, o gerente Marcílio Abreu Monteiro apresentou o Memorando nº 23.425, de 2005, em que refuta as recomendações do relatório final da comissão de



sindicância do IBAMA". Então, para que fique próximo da citação do IBAMA, ele vai ser remetido justamente para o final dessa citação, sem mexer em absolutamente nada. Vai para a pág. 50, introduzindo-se logo depois do segundo parágrafo, na pág. 50.

Feitas essas adequações, em vista de novos esclarecimentos, o relatório é exatamente esse que está publicado, com esses 3 adendos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Agradecemos aos Parlamentares a presença.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com a palavra a Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Eu só queria fazer um reforço — e ainda bem que saímos dessa pauta Plano Safra...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Graças a Deus!

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - ... porque praticamente essa pauta tomou a nossa CPI.

Eu queria ser incisiva naquela questão das denúncias com relação à retirada ilegal de madeira, à questão das ATPFs falsas, com relação a Rondônia, Amazonas e Acre. Já há inclusive um pedido de vários meses... Logo nas primeiras semanas da CPI, eu entrei com esse pedido de investigação. Há pessoas dispostas a vir para serem ouvidas. Acho que temos que ir até Rondônia, para ouvir o Ministério Público Federal de lá sobre o que foi investigado. Há denúncias de que podem estar envolvidos funcionários públicos daquela região e Polícia Militar. Então, não dá para fechar uma CPI sem entrarmos naquele assunto, tendo em vista que houve um pedido, em tempo hábil, para essa investigação. Queria pedir a V.Exa. e ao nosso Relator que nós pautássemos as pessoas a serem ouvidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Vamos pautar essas, nas próximas...



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Não, tudo bem. De minha parte, tudo bem. Mas nós já tínhamos feito um acordo de não entrar em madeira nenhuma. Pedimos as informações... Mas tudo bem, de minha parte, tudo bem

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Se houver a anuência de todos.

Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Bom, na verdade, Sr. Presidente, Sr. Relator, e demais Deputados e Deputadas, parece-me que a prorrogação para os próximos dias pretende, Deputada Perpétua, sair da pauta da questão da madeira, até porque como V.Exa. mesma disse, nós passamos um grande tempo voltados para a questão da madeira, e muito mais ainda localizado naquele pólo ali de Altamira, Anapu...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - No Pará.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - ... no Pará, em função de uma denúncia da revista *Veja*, logo após a Operação Curupira, no Mato Grosso, que a *Veja* fez uma denúncia, e depois fez uma denúncia no Anapu. Eu participei, por um período, com um certo desânimo, da CPI, porque a CPI focou o Safra Legal. E o que era o Safra Legal? Era uma proposta de legalizar pequenas áreas a serem desmatadas por pequenos produtores em áreas de assentamentos, porque não existe ainda um modelo de plano de manejo para as pequenas propriedades. O modelo de plano de manejo existente hoje é para as grandes propriedades.

Então, na medida em que a *Veja* fez a denúncia, a CPI focou muito o Safra Legal. E eu penso que a CPI poderia ter dado uma contribuição no sentido que V.Exa. levanta, se nós tivéssemos investigado, por exemplo, os escritórios, naquela região, que fornecem as chamadas notas frias. Chegou um determinado momento em que eu até propus: olha, se nós formos trazer para depor as pessoas que estão agindo assim... porque, se você não tem as notas frias para encaminhar o produto, você não tem aquele que vende.

Mas, nessa altura do campeonato, o Governo está com seus mecanismos de fiscalização agindo, e nós tivemos uma grande vitória nesse debate florestal, porque o Pará, principalmente, a Amazônia toda, mas o Brasil e o Pará saem ganhando, porque agora, no dia 14, o Governo publicou 9 decretos, inclusive, todos fazendo



ordenamento fundiário. Um que amplia o Parque Nacional da Amazônia; cria mais 2 parques; 4 decretos criam 4 florestas nacionais; a criação de 1 APA — Área de Proteção Ambiental — e 1 distrito agroflorestal lá na BR-163, na Cuiabá—Santarém. Com a criação da Verde para Sempre, praticamente naquela região oeste do Pará, só falta definir lá a área indígena dos araras, porque a dos mundurucus já está homologada, a da reserva Baú, lá na Cuiabá, também já houve aquele acordo. Então, praticamente, a região fica bastante ordenada, cabendo ao Governo agora consolidar isso e fazer a fiscalização.

Dessa forma, o Governo dá um ultimato e faz um enfrentamento com a grilagem de terras, com a grilagem de florestas, com o mau uso da floresta naquela região.

Portanto, eu estou muito animado. E ainda votamos a Lei de Gestão Florestal, que nós já temos essa lei agora à disposição para organizar a economia florestal, tanto dos pequenos e dos microempresários, como dos médios e grandes e também das associações, das cooperativas que queiram fazer o aproveitamento das floresta não só pela extração de madeira, mas por aproveitamento de diversas riquezas da floresta. Então, eu acredito que, realmente, está esgotado. Cabe ao Governo usar seus mecanismos para realmente atender a essa preocupação de V.Exa.

Nós, ao votarmos esse relatório, foi no sentido de realmente fazermos com que a CPI aproveite esses 45 dias para realmente fiscalizar a biopirataria. E tem muita coisa que está acontecendo naquela região, que dá tempo ainda para trazer para esta Comissão.

Eram essas as minhas considerações. Acredito que foi um longo tempo. Eu acho que, num determinado momento, quem acabou perdendo foi essa proposta, que podia ter avançado muito mais, do aproveitamento da madeira de pequenas propriedades, porque, por exemplo, depois da denúncia do Safra Legal, todas as famílias lá no Município do Anapu que fizeram suas derrubadas dentro dos PDS, foi toda queimada a madeira. A madeira não saiu mais. Então, na verdade, houve um prejuízo, inclusive para os agricultores daquela região. Quem acabou perdendo foram os pequenos produtores que, durante este verão, tiveram que fazer seus pequenos desmatamentos. Para que V.Exas. tenham uma idéia, no Município de Anapu foram assentadas 300 famílias, inclusive todas elas recebendo créditos. E aquelas áreas, aqueles 3 hectares que elas derrubaram, porque estão dentro



daquele limite dos 20%, a madeira foi queimada. E o Safra Legal tinha uma proposta de, naqueles 3 hectares, fazer o aproveitamento de toda a madeira que iria ser queimada. Agora, realmente, houve propriedades que já tinham, além dos 20%, derrubado.

É verdade que houve irregularidades, mas que não foi em função da proposição do programa. A proposta era boa. O Safra Legal era um pouco isso, e eu queria aqui fazer este relato, fazer um relato de que o Governo tem trabalhado no sentido de fazer com que, quem sabe, eu acredito que a partir de 2007, nós tenhamos tanto os pequenos, como os médios e os grandes produtores, naquela região, podendo desenvolver a economia florestal, porque 80% das serrarias foram fechadas, o que gerou muito desemprego. Se V.Exa. forem a Itaituba, Santarém, principalmente na Cuiabá—Santarém, Castelo de Sonhos, Novo Progresso, Trairão, mesmo na região de Altamira, verão que tivemos uma paralisação do setor madeireiro, que se fazia necessária, porque não havia marcos regulatórios, porque toda vez que o documento da propriedade chegava no IBAMA, não passava no jurídico, porque o documento não era legítimo.

Eu acredito que agora, a partir da gestão florestal, do ordenamento fundiário, a partir da decretação dessas áreas, possamos começar... e a partir inclusive do distrito industrial agroflorestal daquela região, que já coloca à disposição uma grande faixa de floresta para ser extraída, aproveitada, dentro da Lei de Gestão Florestal, por aquelas pessoas que já estão na região, com as suas empresas paradas, esperando apenas que o Governo avance no sentido de realmente propor esse marco regulador.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com a palavra a Deputado Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Eu quero ser insistente. Já que o próprio Deputado lembrou que as investigações giraram em torno do Estado do Pará, que nós não tenhamos mais tempo para fazer toda a investigação necessária sobre aquele assunto, mas que pudéssemos ouvir uma das pessoas interessadas, que teve sua área invadida. E, a partir da oitiva, nós encaminhássemos algumas ações junto ao relatório. Que, pelo menos, fizéssemos isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Ótimo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - De acordo?

(Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, tendo encerrado esta reunião, convoco todos para a próxima semana?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Não, na próxima semana, não. Para o dia 8.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Para o dia 8, já no próximo mês.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.